

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Alterações significativas	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	27
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	44
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	50
10.5 - Políticas contábeis críticas	55
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	63
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	64
10.8 - Plano de Negócios	65
10.9 - Outros fatores com influência relevante	66

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Para os fins da Seção “4. Fatores de Risco” e desta Seção “5. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e de nossas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas na Seção “4. Fatores de Risco” e nesta Seção “5. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão da Seção “4. Fatores de Risco” e desta Seção “5. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da Seção “4. Fatores de Risco” e desta Seção “5. Riscos de Mercado”.

Sendo assim, os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Riscos Macroeconômicos

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas podem causar impacto direto sobre o negócio da Companhia.

O Governo Federal intervém com frequência na economia do país, e ocasionalmente realiza mudanças significativas na política monetária, fiscal e regulatória. Os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia poderão ser afetados adversamente por alterações das políticas governamentais, bem como por:

- flutuações da taxa de câmbio;
- inflação;
- instabilidade de preços;
- alterações das taxas de juros;
- política fiscal;
- demais acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a afetar o Brasil ou os mercados internacionais;
- controle de fluxo de capitais; e
- limites ao comércio internacional.

As medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação acerca de quaisquer atos futuros do governo brasileiro, poderão gerar incertezas na economia brasileira e aumentar a volatilidade do mercado de capitais doméstico, afetando adversamente nosso negócio, resultados operacionais ou situação financeira. Caso as situações política e econômica se deteriore, poderemos enfrentar aumento de custos.

A Presidente do Brasil possui poderes consideráveis para determinar as políticas e ações governamentais relacionadas à economia brasileira e incertezas em relação a eventuais crises políticas podem contribuir para a instabilidade econômica. Isso pode aumentar a volatilidade do mercado dos títulos brasileiro e podem ter efeito

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

adverso na economia brasileira e nos nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira. Não é possível prever se o Governo atual ou quaisquer governos sucessores terão um efeito adverso sobre a economia brasileira e, conseqüentemente, sobre os nossos negócios.

A inflação e certas medidas governamentais destinadas a controlá-la poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia.

No passado, o Brasil experimentou altíssimas taxas de inflação. A inflação e algumas das medidas tomadas pelo Governo Federal na tentativa de combatê-la afetariam de forma negativa e significativa a economia brasileira.

Desde a introdução do real, em 1994, a taxa de inflação no Brasil tem permanecido bem abaixo das verificadas em períodos anteriores. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), as taxas de inflação anuais brasileiras em 2011 e 2012 e 2013 foram 6,0%, 5,84% e 5,91%, respectivamente. Não se pode garantir que a inflação permanecerá nestes níveis.

Medidas futuras a serem tomadas pelo Governo Federal, incluindo aumentos da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações visando a ajustar o valor do Real, poderão acarretar aumentos da inflação e, por conseguinte, ter impactos econômicos adversos sobre as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira. Caso o Brasil experimente inflação alta no futuro, a Companhia talvez não consiga ajustar as tarifas que cobra de seus clientes visando compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custo.

Praticamente a totalidade das despesas operacionais de caixa da Companhia é denominada em reais e tendem a aumentar com a taxa de inflação vigente no Brasil. As pressões inflacionárias também poderão restringir sua capacidade de acesso a mercados financeiros estrangeiros ou poderão levar ao aumento da intervenção do governo na economia, inclusive com a introdução de políticas governamentais que poderiam prejudicar as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira ou afetar de maneira adversa o valor de mercado de suas ações.

Risco de taxas de câmbio

A moeda brasileira desvalorizou-se periodicamente nas últimas quatro décadas. Ao longo deste período, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e dois mercados distintos de câmbio. Embora os períodos prolongados de desvalorização da moeda brasileira em geral tenham correspondido à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização ao longo de períodos mais curtos resultou em flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o Dólar dos Estados Unidos e moedas de outros países.

Em 2013, o Real se desvalorizou 14,69 % frente ao Dólar dos Estados Unidos. Considerando a volatilidade que a economia global está enfrentando, não pode ser dada nenhuma garantia de que o Real se valorizará novamente ou se desvalorizará em relação ao Dólar dos Estados Unidos.

Diante de tal histórico de flutuações, não é possível prever qual será a variação futura do real em relação às principais moedas no mercado de câmbio internacional. Um quadro de instabilidade cambial com eventual desvalorização do Real poderá vir a prejudicar os resultados da Companhia em exercícios futuros, tendo em vista que: (i) refletirá em aumentos de gastos com despesas financeiras e custos operacionais, uma vez que a Companhia possui obrigações de pagamento relativas a financiamentos e importações indexadas à variação de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

moedas estrangeiras; (ii) as pressões inflacionárias causadas por desvalorizações cambiais, caso resultem em elevação abrupta dos índices inflacionários, podem ocasionar aumentos de custos e despesas operacionais da Companhia reduzindo seu fluxo de caixa operacional, se houver defasagem entre o momento da referida elevação e do reajuste anual da receita operacional da Companhia pelo IGP-M/IPCA aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nos termos dos contratos de concessão; e (iii) a aplicação pelas autoridades monetárias brasileiras de política de aumento de juros, o que também teria efeito negativo sobre os resultados da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do Dólar em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Se o Real se desvalorizar frente ao Dólar, nossas despesas financeiras relacionadas aumentarão e nossos resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados. Em 31 de dezembro de 2013, o valor do passivo líquido exposto às taxas de câmbio era de R\$ 226 milhões (R\$223 milhões em 31 de dezembro de 2012).

Risco de Taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos (como, por exemplo, aplicações financeiras) e contratos da Companhia; e (ii) passivos da Companhia, em especial dívidas com taxas de juros flutuantes (para maiores informações, veja item 10.1(f) deste Formulário de Referência). A Companhia possui quase a totalidade de equivalentes de caixa, e 42% de seu endividamento, indexados à variação da taxa de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros (“CDI”).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam um passivo líquido exposto em função da variação da taxa de juros no valor de R\$ 3.944 milhões (R\$5.595 milhões em 31 de dezembro de 2012).

Risco de Liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica de seu fluxo de caixa, o que é fortemente impactado pela receita, pelos investimentos, pelo serviço da dívida e pela política de dividendos da Companhia. Não se pode garantir que a relativa estabilidade da receita advinda do tipo de contrato (Receita Anual Permitida) e da diversificação dos clientes de transmissão e da cláusula de demanda mínima presente nos contratos de compra e venda de energia elétrica não será afetada por questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem o fluxo de caixa. Ademais, não se pode garantir que os recursos de financiamento serão desembolsados conforme as demandas dos projetos e que haverá recursos suficientes em caixa ou de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros. Tais fatores podem afetar adversamente o resultado operacional da Companhia.

A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa da Companhia:

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	2013	2012 Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	3.103.855	4.271.685
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa		
Impostos de Renda e Contribuição Social	950.141	832.581
Depreciação e Amortização	823.668	763.168
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	32.976	210.582
Resultado de Equivalência Patrimonial	(763.808)	(865.450)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Juros e Variações Monetárias	941.518	(1.448.389)
Ganho na Alienação de Investimentos	(284.298)	-
Ganho na Indenização de Ativos	(20.673)	-
Lucros Não Realizados	80.959	-
Provisões para Perdas Operacionais	305.239	670.792
Provisão para Perdas com Instrumentos Financeiros	(1.685)	(21.499)
Obrigações Pós-emprego	269.174	227.418
	<u>5.437.066</u>	<u>4.640.888</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(133.764)	(177.185)
Tributos Compensáveis	(255.265)	(98.548)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	(222.912)	(206.333)
Transporte de Energia	109.003	(50.042)
Depósitos Vinculados a Litígio	120.233	(24.275)
Dividendos recebidos de investimentos	554.469	684.057
Ativo Financeiro	286.004	(192.311)
Outras	6.567	(97.171)
	<u>464.335</u>	<u>(176.937)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(239.577)	461.646
Impostos, Taxas e Contribuições	2.453	(32.681)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.953	2.264
Salários e Contribuições Sociais	(41.050)	(14.745)
Encargos Regulatórios	(139.787)	(47.090)
Obrigações Pós-emprego	(180.765)	(196.402)
Outros	(21.729)	(55.201)
	<u>(617.502)</u>	<u>117.791</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	5.283.899	4.581.742
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(813.433)	(818.071)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(955.206)	(934.942)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>3.515.260</u>	<u>2.828.729</u>

	Consolidado	
	2013	2012 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(267.036)	(399.931)
Em Ativos Financeiros	(91.176)	(107.305)
Amortização das Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	2.465.646	1.497.570
Aporte em FIDC	-	-
Fundos Vinculados	130.616	(129.107)
Em Investimentos		
Aquisição de Controlada em conjunto, líquida do caixa adquirido	(94.184)	-
Alienação de Investimentos	1.691.415	-
Aporte em Investidas	(355.406)	(395.513)
Em Imobilizado	(69.250)	(108.786)
Em Intangível	(907.896)	(1.263.390)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>2.502.729</u>	<u>(906.462)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.466.516	4.916.358
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(3.601.452)	(5.275.786)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(4.600.351)	(1.747.584)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(5.735.287)</u>	<u>(2.107.012)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>282.702</u>	<u>(184.745)</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	1.919.125	2.103.870
No fim do exercício	<u>2.201.827</u>	<u>1.919.125</u>
	282.702	(184.745)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. Riscos para os quais se busca proteção**

O alvo de proteção é o passivo em moeda estrangeira e em taxas de juros flutuantes, representado por:

- serviço de dívida em moeda estrangeira;
- serviço de dívida com taxa de juros vinculada à LIBOR; e
- pagamentos a fornecedores de equipamentos com preços indexados em moeda estrangeira.

b. Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A premissa mais importante é a de que a política de *hedge* deve estar alinhada com a estratégia empresarial. A importância disso reside no fato de que a sua utilização dissociada da estratégia pode ser prejudicial à Companhia, pois o uso de instrumentos de *hedge* sem critério pode levar à redução do valor da Companhia.

Outra premissa relevante é a existência de cenários macroeconômicos consistentes e validados pela alta direção da Companhia. A tomada de decisão reflete não só a estratégia definida, mas também a expectativa que se tem do comportamento dos preços, que é gerada na construção dos cenários.

Outras premissas importantes estão definidas a seguir:

- O uso do *hedge* deve ter o objetivo primordial de dar previsibilidade ao fluxo de caixa e ao orçamento.
- As diretrizes e procedimentos devem estar definidos em linguagem clara.
- As atividades de *hedge* devem ser monitoradas com a implantação de um sistema dinâmico.

A Companhia não considera que a utilização de instrumentos de *hedge* com relação às dívidas de longo prazo seja uma política adequada. Dívidas com prazo de maturação elevado trazem uma incerteza muito grande para a contraparte, a liquidez de mercado é reduzida e o encarecimento da operação de *hedge* é inevitável.

Os compromissos com o pagamento da energia adquirida de Itaipu, cujo preço é indexado em dólar, não requerem proteção, tendo em vista que já está assegurado na política tarifária um mecanismo de compensação, representado por um ativo regulatório, que aumenta e diminui em função da variação da taxa de câmbio e que é reajustado pela SELIC. Embora não seja um *hedge* perfeito, na medida em que ao longo do ano os pagamentos estão sujeitos à movimentação da taxa de câmbio, o mecanismo regulatório cumpre seu papel de compensação das perdas eventualmente sofridas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A utilização de instrumentos de *hedge* para se gerenciar a exposição cambial, quando a moeda estrangeira que indexa os compromissos é outra diferente do Dólar, é feita utilizando-se a referida moeda estrangeira, e não o Dólar, para que o *hedge* seja eficiente.

A Política de *Hedge* da Companhia para câmbio e taxa de juros compreende a contratação de operações em prazos definidos pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros, considerando aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e concentração do serviço da dívida.

A estratégia consiste na realização de operações de proteção para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico adotado pela Companhia e utilizado pelo orçamento. Este cenário contém projeções mensais de taxas de câmbio, juros e inflação.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A escolha do instrumento de *hedge* adequado se dá em função do menor custo e da oportunidade, dentre as alternativas oferecidas pelo mercado financeiro, conhecidas em processo de cotação a um número mínimo de três instituições financeiras. Em caso de escassez de crédito junto a instituições financeiras, a alternativa de *hedge* diretamente na BM&FBOVESPA é considerada.

São consideradas na escolha, também, as implicações tributárias das operações propostas, valendo-se de um planejamento tributário capaz de apontar a alternativa mais econômica e a oportunidade de eventuais créditos fiscais. Exemplo disso é a contratação de operações a termo de moeda, ou NDF, em que o ajuste positivo pode ser deduzido de créditos fiscais. Outro exemplo é a incidência de PIS/COFINS sobre as receitas obtidas com o *hedge* e que não é compensado com eventuais perdas.

São considerados como referência instrumentos como contratos futuros, operações a termo, opções, *swaps*, operações de *hedge* com caixa, *hedge* natural, a menos que um derivativo sugerido por alguma instituição financeira apresente vantagem competitiva e seja validado pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os limites de exposição da Companhia à volatilidade dos ativos dependem do grau de disposição da administração em correr riscos. A Companhia adota uma posição muito conservadora, evitando exposições em seu balanço, principalmente no que se refere à variação cambial.

A autonomia da Gerência de Tesouraria para a contratação de operações de *hedge* está limitada ao volume de exposição em dólar pelo período de 12 meses. A Tesouraria não assume posições em derivativos.

A Política de Aplicações Financeiras é bastante restritiva, tanto na exposição a risco de mercado quanto na exposição em risco de crédito. Todo o disponível está aplicado a taxas vinculadas ao CDI, sendo que 95% em taxas pós-fixadas e 5% em taxas pré-fixadas. Todas as operações têm prazos inferiores a um ano.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**e. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

Não adotamos instrumentos financeiros com objetos diversos de proteção patrimonial.

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia tem estruturado, desde 2003, sua gestão corporativa de riscos. Os esforços iniciaram-se através da criação do Núcleo de Gerenciamento de Riscos Corporativos e, posteriormente, em 2007, da Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, que tem como objetivos: propor políticas de risco, sugerindo priorização para análise dos riscos críticos; avaliar e monitorar o apetite de risco da Companhia, os níveis de exposição de risco, a matriz de risco e os mecanismos de mitigação; buscar o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Empresa, promovendo a melhoria contínua da cultura de riscos e controles estratégicos da Companhia.

Com o objetivo principal de coordenar o funcionamento do Processo de Gerenciamento de Riscos da Companhia, o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos foi criado para: (i) identificar e acompanhar os fatores básicos de riscos (*risk drivers*), estabelecendo mecanismos apropriados para este acompanhamento; (ii) promover discussões através de decisões calculadas (custo x benefício) entre tratar ou assumir um risco; (iii) promover discussões através de decisões acordadas sobre os planos de ação mitigadores a serem executados; (iv) revisar e aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Companhia.

Com o objetivo principal de acompanhar e orientar a sua política de gerenciamento de riscos financeiros, a Companhia possui um Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, o qual foi criado: (i) para monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar negativamente a liquidez e lucratividade da Companhia; e (ii) para implementar diretrizes para operação proativa relativa ao ambiente de riscos financeiros ao implementar planos de ação. O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros reúne-se mensalmente ou em qualquer momento em que seja convocado.

A Gerência de Tesouraria, bem como o Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros e a área de planejamento (sistemática de orçamentação), contam com uma assessoria externa para a elaboração de cenários macroeconômicos de referência capazes de subsidiar as tomadas de decisão.

Mensalmente, a Gerência de Tesouraria apresenta ao Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros um relatório das operações efetuadas, explicando as justificativas para as contratações. É levado também o resultado das liquidações ocorridas de operações passadas, de forma a se avaliar o que foi bem sucedido e os resultados que apontaram para a necessidade de melhoria no processo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

À Auditoria é reservado o papel de verificação do cumprimento das diretrizes emanadas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros e constantes da Política de *Hedge* da Companhia para Câmbio e Taxa de Juros.

Atenção especial deverá ser dada para a observância dos limites e das alçadas para contratação, bem como para o alinhamento das operações contratadas com os cenários validados pela Diretoria e com a estratégia definida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A grande concentração da dívida no CDI, 42% em 2013, 54% em 2012 e 64% do total em 2011, decorreu do movimento de refinanciamento da dívida a partir de 2002, em que foi bastante utilizado o crédito bancário, e das emissões de títulos e valores mobiliários (debêntures) que se seguiram, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local. Registra-se a redução da concentração da dívida em CDI de 2011 a 2013, fruto da emissão de debêntures pela Cemig Distribuição S.A., com duas séries de valor expressivo indexadas ao IPCA.

A administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não há outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Condições Financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia entendem que o ano de 2013 foi de grandes desafios. Eles entendem que a busca de eficiência operacional e a disciplina de investir em ativos que agreguem valor certamente têm contribuído de forma significativa para o crescimento em virtude da expansão das diversas empresas nas quais a Cemig possui participação significativa no capital e na gestão.

Foi um ano com um cenário de revisão tarifária da Cemig Distribuição, redução das receitas de transmissão, em função dos critérios de remuneração previstos na MP 579, e ainda do vencimento do 1º período da concessão da usina de Jaguara, quando a Companhia teria que discutir a prorrogação por um período adicional, conforme previsto no respectivo contrato de concessão.

Nesse contexto, e mesmo com todos esses desafios, a Companhia apresentou um lucro superior a R\$3,1 bilhões em 2013. Apesar do lucro do ano anterior ter sido de R\$4,3 bilhões, o que indicaria uma redução no desempenho da Companhia, deve ser ressaltado que o resultado do ano anterior foi beneficiado por um evento extraordinário, que foi a quitação antecipada do contrato da CRC. Excluindo-se esse evento não recorrente, os diretores da Companhia entendem que o desempenho melhorou em relação ao ano anterior, evidenciando a consistência da Cemig na apresentação de resultados sempre crescentes.

Esse resultado representa um lucro por ação de R\$2,47, sendo que foram pagos dividendos em 2013 de R\$4,6 bilhões, o que se traduziu em uma rentabilidade das ações da Companhia (*dividend yield*) de 9,9%.

No que se referem aos novos investimentos, os diretores entendem que o ano de 2013 teve eventos significativos para a Companhia, principalmente no campo das energias renováveis, onde se destaca a aquisição de 51% da Brasil PCH, um investimento de R\$740 milhões, e ainda o acordo de investimento que permitirá a Cemig GT entrar no bloco de controle da Renova Energia, o que viabilizará um programa expressivo de investimentos dessa sociedade nos próximos anos, consolidando a posição da Companhia de um dos grupos brasileiros com maior participação no mercado de energias renováveis.

O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (5,94% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2013, 5,03% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2012, e 7,21% ao ano, em 31 de dezembro de 2011), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 31 de dezembro de 2013, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: Índice de Preço ao Consumidor Amplo (“IPCA”) (48% do total), CDI (42% do total), e outros (10% do total). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia:

	31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Endividamento do Patrimônio Líquido	0,75	0,90	0,90
Dívida Líquida / EBITDA	1,20	1,8	1,5
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	33%	40%	41%

Fonte: Companhia

Entendemos como dívida líquida o somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM (Títulos e Valores Mobiliários).

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: : (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2013, por um endividamento de R\$9,46 bilhões, sendo 24% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 76% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2012, a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de R\$10,42 bilhões, sendo 62% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 38% representado por dívidas de longo prazo. Essa concentração no curto prazo decorreu do reconhecimento de dívida de longo prazo no passivo circulante, por não se ter obtido, antes do encerramento das Demonstrações Contábeis, o consentimento formal (“waiver”) de que os credores não irão exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, da dívida em função da quebra de covenant ocorrida (o waiver foi obtido em data posterior a 31 de dezembro de 2012). Em 31 de dezembro de 2011, a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de R\$10,50 bilhões, sendo 43% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 57% representado por dívidas de longo prazo. Essa concentração no curto prazo decorreu do reconhecimento de dívida de longo prazo no passivo circulante, por não se ter obtido, antes do encerramento das Demonstrações Contábeis, o consentimento formal (“waiver”) de que os credores não iriam exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, da dívida em função da quebra de covenant ocorrida (o waiver foi obtido em 14 de março de 2012).

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (Patrimônio Líquido mais dívida líquida). O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$12.638 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 6.232 milhões. Em 31 de dezembro de 2012 era de R\$11.550 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$7.741 milhões. Já

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011, era de R\$11.666 milhões e de R\$ 8.044 milhões, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido) tem se situado em níveis adequados, sendo 33% em 31 de dezembro de 2013, 40% em 31 de dezembro de 2012 e 41% em 31 de dezembro de 2011.

Por fim, a Companhia informa que não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

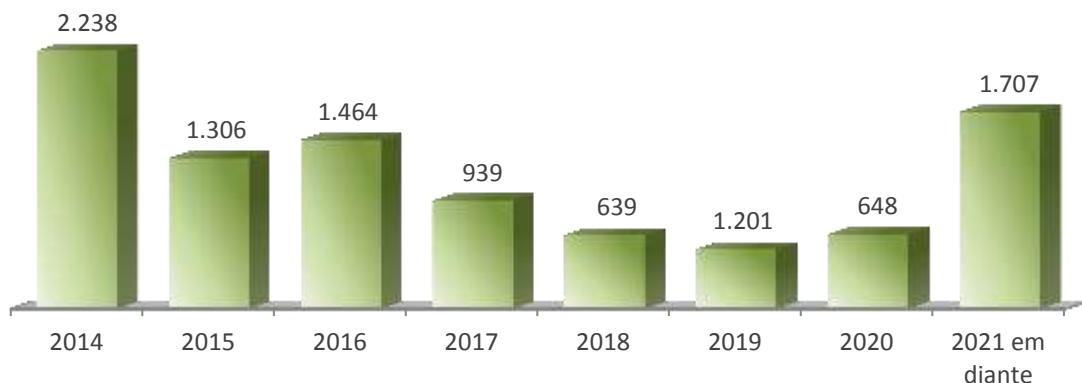
c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo LAJIDA, que alcançou, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$5.186 milhões, em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$4.238 milhões e em 31 de dezembro de 2011, foram gerados R\$5.286 milhões.

O caixa da Companhia era de R\$2.202 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$1.919 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$2.104 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Por outro lado, a dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$6.232 milhões, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$7.740 milhões e em 31 de dezembro de 2011 de R\$8.044 milhões. Os indicadores de 2013 indicam que cerca de 1,4 anos de geração de caixa operacional (EBITDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor e o indicador de 2012 expressa que cerca de 2,0 anos de geração de caixa operacional (EBITDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor, enquanto que em 2011 seriam necessários 1,6 anos. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total de R\$9.457 milhões, está escalonada ao longo dos anos, com 62,88% vencendo em 4 anos e com prazo médio de 4,3 anos, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida, conforme gráfico abaixo:



Saldo da dívida em Milhões de reais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Há que se destacar que a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

Pela Cemig Distribuição:

- 1ª emissão de Debêntures simples, em 01/06/2006, no valor de R\$250,5 milhões destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;
- 1ª emissão Notas Promissórias, em 27/07/2006, no valor de R\$300 milhões destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro/2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano;
- 2ª emissão Notas Promissórias, em 02/01/2007, no valor de R\$200 milhões destinados a recomposição do caixa da Companhia utilizado nos pagamentos de dívidas ocorridos a partir de agosto/2006 até o recebimento dos recursos e ao pagamento das dívidas vincendas até o final do ano;
- 3ª emissão Notas Promissórias, em 12/06/2007, no valor de R\$400 milhões destinados para (i) recomposição do caixa utilizado nos pagamentos de principal de dívidas da Companhia, pagamentos estes ocorridos entre janeiro de 2007 e a data da liberação dos recursos, estimados em R\$297 milhões, dos quais se destaca o pagamento do principal da 2ª Emissão de Notas Promissórias, no valor de R\$200 milhões; e (ii) pagamento de principal das dívidas vincendas até o final do ano, limitado a R\$103 milhões;
- 2ª emissão de Debêntures simples, em 12/12/2007, no valor de R\$400 milhões destinados ao pagamento parcial do saldo devedor remanescente das notas promissórias emitidas no âmbito da 3ª emissão pública de notas promissórias da Companhia;
- 4ª emissão Notas Promissórias, em 28/12/2011, no valor de R\$100 milhões destinados à reforço de capital de giro;
- 5ª emissão de Notas Promissórias, em 02/07/2012, no valor de R\$640 milhões, destinados ao financiamento de investimentos, já realizados ou a serem realizados pela Companhia, pagamento de dívida(s) contraída(s) pela Companhia e/ou reforço do capital de giro da Companhia; e
- 6ª emissão de Notas Promissórias, em 21/12/2012, no valor de R\$600 milhões, destinados à reposição do caixa em função de investimentos e pagamentos de dívidas realizados pela Companhia ao longo do ano de 2012;
- 3ª emissão de debêntures simples, em 15/02/2013, no valor de R\$2.160 milhões, destinados resgate das 64 Notas Promissórias da 5ª Emissão e das 60 Notas Promissórias da 6ª Emissão, bem como para o investimento em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura de distribuição de energia elétrica da Companhia.

Pela Cemig Geração e Transmissão:

- 1ª emissão Notas Promissórias, em 26/07/2006, no valor de R\$900 milhões destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro/2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano, sendo tais dívidas referentes a dívidas com bancos, com a Eletrobras e com a Fundação Forluminas, bem como ao resgate parcial da 2ª série da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- 1ª emissão de Debêntures simples, em 01/11/2006, no valor de R\$294,7 milhões destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;
- 2ª emissão Notas Promissórias, em 21/12/2007, no valor de R\$200 milhões destinados a recomposição de caixa utilizado nos pagamentos de principal da dívida da Companhia ocorridos desde janeiro de 2007 e das dívidas vincendas até o final do ano, sendo tais dívidas referentes a dívidas com bancos e com a Eletrobras;
- 3ª emissão Notas Promissórias, em 30/10/2009, no valor de R\$2.700 milhões destinados para aportes de capital, recomposição de caixa e investimentos;
- 2ª emissão de Debêntures simples, em 15/01/2010, no valor de R\$2.700 milhões destinados à rolagem da 3ª emissão de Notas Promissórias;
- 4ª emissão Notas Promissórias, em 13/01/2012, no valor de R\$1.000 milhões destinados à rolagem da 1ª série da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia;
- 3ª emissão de Debêntures simples, em 15/02/2012, no valor de R\$1.350 milhões, destinados ao pré-pagamento da 4ª emissão de Notas Promissórias e ao reforço de capital de giro.
- 4ª emissão de Debênture simples, em 23/12/2013, no valor de R\$ 500 milhões, destinados à recomposição do caixa da empresa, em razão do pagamento de suas dívidas (a liquidação financeira das Debêntures ocorreu em 30/01/2014).

O passivo circulante da Companhia era de R\$5.922 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$12.798 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$8.099 milhões em 31 de dezembro de 2011. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos, dividendos e encargos regulatórios.

d. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas

Em 2013 foram captados cerca de R\$ 2.475 milhões em empréstimos e financiamentos, que excluídos os custos de captação de R\$ 8,6 milhões, confere uma captação líquida de R\$ 2.467 milhões e foram amortizados cerca de R\$ 3.601 milhões, numa visão de empresa consolidada.

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2013 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Eletrobrás	2015	UFIR – 5%	5.232
Eletrobrás	2015	UFIR – 5%	18.774
Debêntures - 1ª série (Capim Branco)	2018	CDI + 0,80%	72.303
Banco do Brasil (Cemig Distribuição)	2015	99,5% do CDI	195.847
Debêntures - 1ª série (Cemig Distribuição)	2018	CDI + 0,69%	412.163
Debêntures - 2ª série (Cemig Distribuição)	2021	IPCA + 4,7%	1.103.335
Debêntures - 3ª série (Cemig Distribuição)	2025	IPCA + 5,1%	658.862
Total de Captações Líquida			2.466.516

Em março de 2013, a Cemig Distribuição concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.179 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da CEMIG.

Já a Cemig GT prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$600 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário. Além disso, a Cemig GT concluiu em 30 de janeiro de 2014 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$500 milhões, com vencimento em uma única parcela em dezembro de 2016 e custo de CDI + 0,85% a.a., cujos recursos foram utilizados para a recomposição de caixa em função de pagamentos de dívidas realizados.

Em 2012 foram captados cerca de R\$ 4.928 milhões em empréstimos e financiamentos, que descontados os custos de captação, colocou nos caixas da empresa o valor de R\$ 4.916 milhões e foram amortizados cerca de R\$ 5.276 milhões, numa visão de empresa consolidada.

Em 2012, foram captados R\$1.470 milhões na Cemig Distribuição, sendo R\$200 milhões através da emissão de uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil para o refinanciamento de dívidas existentes, R\$1.240 milhões através de duas emissões de notas promissórias comerciais para financiamento de investimentos, pagamentos de dívidas e/ou reforço de capital de giro e R\$34 milhões em financiamentos da Eletrobrás para os Programas Reluz, Cresce Minas e Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$175 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

A Cemig Geração e Transmissão prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito contratadas com o Banco do Brasil, conforme segue: a) operações contratadas em 2006 e com vencimento final após 2012, postergando a parcela de 2012 para 2013, no valor global de R\$ 300 milhões, mantendo-se os demais vencimentos, com encargos financeiros de 104,1% do CDI; b) operações com vencimento final em 2012, no valor total de R\$ 442 milhões, postergando o vencimento da última parcela em 5 anos, com pagamentos em 2015, 2016 e 2017, cujos encargos financeiros foram 108% do CDI, calculados a partir da celebração dos aditivos aos contratos. Em ambas as operações, a Cemig Holding manteve a coobrigação e a Cemig GT manteve a faculdade de, a seu critério, pré-pagar a dívida sem incidência de custos adicionais.

Em 2011, como forma de recompor o caixa em função de investimentos realizados ao longo de 2011 e buscando assegurar recursos de financiamento para viabilizar uma aquisição de ativos prevista para o primeiro semestre de 2012, a Cemig emitiu Notas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Promissórias no valor de R\$1 bilhão com prazo de 360 dias, confirmando a receptividade de que a empresa desfruta no mercado de capitais local.

A Cemig D também recorreu ao mercado de capitais ao final de 2011, emitindo R\$100 milhões em Notas Promissórias para reforço de capital de giro. Ao longo do ano, foram captados outros R\$410 milhões em empréstimos e mais R\$116 milhões em financiamentos da Eletrobras para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$291 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

A Cemig Geração e Transmissão, por outro lado, valeu-se de sua confortável posição de caixa para pagar o seu serviço de dívida, num montante de R\$1.219 milhões (sendo R\$689 milhões de principal), sem, praticamente, recorrer a novas captações, como forma de otimizar sua alavancagem. Porém, numa visão consolidada, o endividamento da empresa foi afetado pelos financiamentos contratados pelas suas subsidiárias para custear os investimentos em geração, principalmente na UHE Santo Antônio e UHE Belo Monte, e em transmissão, destacando-se a emissão de Notas Promissórias da TAESA, no valor de R\$1,17 bilhão (afetando o endividamento da Cemig Geração e Transmissão em R\$663 milhões), para a aquisição dos ativos da Abengoa.

e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de deficiências de Liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, commercial papers, eurobonds, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$9,5 bilhões, sendo R\$6,2 bilhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$10,4 bilhões, sendo R\$7,7 bilhões a dívida líquida. Já em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$10,5 bilhões, sendo R\$8,0 bilhões a dívida líquida.

O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (5,94% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2013, 5,03% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2012, e 7,21% ao ano, em 31 de dezembro de 2011), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 31 de dezembro de 2013, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: Índice de Preço ao Consumidor Amplo (“IPCA”) (48% do total), CDI (42% do total), e outros (10% do total). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia:

	31 de dezembro de		
	2013	2012	2011
Endividamento do Patrimônio Líquido	0,75	0,90	0,90
Dívida Líquida / EBITDA	1,20	1,8	1,5
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	33%	40%	41%

Fonte: Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes**

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos consolidados pela Companhia, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 (valores expressos em R\$ mil):

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado				
				2013			2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
				Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Real S.A.	2013	6,00	US\$	-	-	-	25.603	46.989
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	3.583	28.762	32.345	26.831	34.826
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	-	-	-	-	1.387
KFW	2016	4,50	EURO	2.128	4.256	6.384	7.111	8.027
TOSHIBA	2014	LIBOR + 5,36	US\$	7.420	-	7.420	7.420	7.420
Dívida em Moeda Estrangeira				13.131	33.018	46.149	66.965	98.649
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	10.428	198.183	208.611	206.186	-
Banco do Brasil S.A.	2012	109,80% do CDI	R\$	-	-	-	-	99.114
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	6.775	442.349	449.124	447.250	492.838
Banco do Brasil S.A.	2012	106,00% do CDI	R\$	-	-	-	-	99.779
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	-	-	-	28.061	56.843
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60% do CDI	R\$	-	-	-	132.842	136.566
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10% do CDI	R\$	537.436	480.000	1.017.436	1.113.973	1.224.881
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83%	R\$	-	-	-	793.153	706.796
Banco do Brasil S.A.	2014	98,50% do CDI	R\$	384.045	-	384.045	475.890	436.637

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Banco do Brasil S.A	2013	104,08% do CDI	R\$	-	-	-	664.075	-
Banco do Brasil S.A	2013	105,00% do CDI	R\$	-	-	-	1.083.159	-
Banco do Brasil S.A	2015	99,50% do CDI	R\$	(2.115)	214.584	212.469	-	-
Banco do Brasil S.A	2016	104,25% do CDI	R\$	-	634.428	634.428	-	-
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	26.253	53.415
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.914	88.389	96.303	103.955	111.678
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	500	-	500	97.570	129.806
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	1.003	69.925
Bradesco S.A.	2012	106,00% do CDI	R\$	-	-	-	-	990.142
Bradesco S.A.	2013	102,50% do CDI	R\$	-	-	-	600.813	-
Itaú e Bradesco (2)	2015	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	-	819.997
ELETRORÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	-	-	-	14.529	25.603
ELETRORÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	81.969	252.121	334.090	388.583	428.238
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70%	R\$	-	-	-	99.259	201.357
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	3.819	2.888	6.707	6.867	6.366
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	80.863	161.793
FINEP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 8	R\$	4.177	9.094	13.271	18.686	19.917
Consórcio Pipoca	2014	IPCA	R\$	185	-	185	185	185
BNDES – CEMIG TELECOM (3)	2017	Diversas	R\$	7.961	24.205	32.166	40.057	48.023
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	20.131	40.452
Dívida em Moeda Nacional				1.043.094	2.346.241	3.389.335	6.443.343	6.360.351
Total de Empréstimos e Financiamento				1.056.225	2.379.259	3.435.484	6.510.308	6.459.000
Debêntures	2014	IGP-M + 10,50	R\$	424.172	-	424.172	401.359	372.696
Debêntures	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.702	559.281	560.983	530.287	502.648
Debêntures	2012	CDI + 0,90	R\$	-	-	-	-	1.754.714
Debêntures	2015	IPCA + 7,68	R\$	540.289	484.397	1.024.686	1.444.590	1.367.937
Debêntures	2017	CDI + 0,90	R\$	38.423	479.896	518.319	517.395	-
Debêntures	2022	IPCA + 6,20	R\$	40.355	741.892	782.247	738.885	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures	2019	IPCA + 6,00	R\$	11.654	221.473	233.127	220.211	-
Debêntures	2021	IPCA + 4,70	R\$	53.395	1.134.893	1.188.288	-	-
Debêntures	2025	IPCA + 5,10	R\$	34.509	676.871	711.380	-	-
Debêntures	2018	CDI + 0,69	R\$	31.988	410.284	442.272	-	-
Debêntures (4)	2018	CDI + 0,80	R\$	5.054	72.000	77.054	-	-
Debêntures – Governo do Estado de Minas Gerais (5)	2031	IGP-M	R\$	-	59.352	59.352	52.758	46.896
Total de Debêntures				1.181.541	4.840.339	6.021.880	3.905.485	4.044.891
Total Geral Consolidado				2.237.766	7.219.598	9.457.364	10.415.793	10.503.891

- (1) As taxas de juros variam: 2,00% a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88 % ao ano;
- (2) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide Nota Explicativa nº11 nas informações contábeis consolidadas;
- (3) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom;
- (4) Empréstimo realizado pela Capim Branco;
- (5) Contratos ajustados a valor presente, conforme CPC 12.

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira na Companhia. Em 2013, a principal operação do Grupo CEMIG foi a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Cemig Distribuição, por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.179 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iii . Grau de Subordinação da Dívida

Cerca de 67,00% da dívida consolidada pela Companhia contam com garantia corporativa da empresa holding CEMIG e cerca de 15% da dívida são garantidos por recebíveis da Cemig D e da Cemig GT.

iv. Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 31 de dezembro de 2013, já haviam se encerrado todos os contratos financeiros celebrados com o Banco Santander e o Banco Itaú BBA que estavam sujeitos a *covenants* financeiros (cláusulas financeiras restritivas), as quais obrigavam a CEMIG a manter certos índices dentro de limites estabelecidos contratualmente, sob pena do credor exigir o vencimento antecipado da dívida.

Atualmente, a Cemig GT tem um financiamento contratado com o BNDES, que foi utilizado para o aporte de capital em sua subsidiária Baguari Energia S.A., para a construção da UHE Baguari, com uma cláusula financeira restritiva que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, o qual, se não observado, obriga a CEMIG a providenciar, em até seis meses contados do fim do exercício social em que o índice de capitalização mínimo não seja obtido, a constituição de garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, ou a apresentação de balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários, que indique o retorno do índice de capitalização mínimo. Não houve, ao final de 2013, descumprimento desta cláusula.

A Cemig GT possui ainda, um contrato de financiamento com o banco de desenvolvimento alemão KfW, utilizado para a construção da usina solar instalada na cobertura do estádio de futebol Mineirão. Este contrato não possui cláusula restritiva exclusiva, contudo faz referência aos *covenants* financeiros pactuados com qualquer outro credor da Empresa. Como os contratos de financiamento que previam *covenants* financeiros com o Itaú e o Santander já foram encerrados e o *covenant* financeiro do contrato celebrado com o BNDES não se aplica ao contrato celebrado com o KfW, por fazer referência ao indicador da CEMIG, o contrato de financiamento do Banco KfW, atualmente, não impõe qualquer restrição à Cemig GT.

Há nos contratos financeiros da Cemig Distribuição e da Cemig Geração e Transmissão cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela Cemig Distribuição requer a autorização prévia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos contratados pela Cemig Distribuição junto à Eletrobras têm como limites de utilização a capacidade de comprovação da aplicação dos recursos nos prazos contratados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(h) a alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros inseridos neste item apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS.

ATIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2013	AV %	2012 Reapresentado	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.201.827	7,39	1.919.125	5,89	14,73
Títulos e Valores Mobiliários	933.571	3,13	657.142	2,02	42,07
Consumidores e Revendedores	1.911.731	6,41	1.858.129	5,71	2,88
Concessionários – Transporte de Energia	240.520	0,81	347.371	1,07	(30,76)
Ativo Financeiro da Concessão	2.254	0,01	287.692	0,88	(99,22)
Tributos Compensáveis	481.544	1,62	216.746	0,67	122,17
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	248.615	0,83	228.968	0,70	8,58
Revendedores – Transações com Energia Livre	42.617	0,14	20.755	0,06	105,33
Dividendos a Receber	17.086	0,06	113.364	0,35	(84,93)
Fundos Vinculados	1.877	0,01	132.493	0,41	(98,58)
Estoques	37.726	0,13	41.204	0,13	(8,44)
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	-	20.445	0,06	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	2.422.099	7,44	-
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	174.613	0,59	-	-	-
Outros Créditos	374.802	1,26	538.219	1,65	(30,36)
TOTAL DO CIRCULANTE	6.668.783	22,37	8.803.752	27,03	(24,25)
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	89.723	0,30	99.116	0,30	(9,48)
Concessionários – Transporte de Energia	8.288	0,03	10.440	0,03	(20,61)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.220.896	4,10	1.303.920	4,00	(6,37)
Tributos Compensáveis	382.075	1,28	391.608	1,20	(2,43)
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	177.499	0,60	27.911	0,09	535,95
Depósitos Vinculados a Litígios	1.180.274	3,96	1.300.507	3,99	(9,25)
Consumidores e Revendedores	180.307	0,60	221.150	0,68	(18,47)
Outros Créditos	83.369	0,28	97.678	0,30	(14,65)
Ativo Financeiro da Concessão	5.840.683	19,59	5.475.463	16,81	6,67
Investimentos	6.160.800	20,66	6.855.253	21,05	(10,13)
Imobilizado	5.817.455	19,51	6.108.729	18,76	(4,77)
Intangível	2.003.990	6,72	1.874.354	5,75	6,92
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	23.145.359	77,63	23.766.129	72,97	(2,61)
TOTAL DO ATIVO	29.814.142	100,00	32.569.881	100,00	(8,46)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2013	AV %	2012 Reapresentado	AV %	AH %
Fornecedores	1.066.358	3,58	1.305.935	4,01	(18,35)
Encargos Regulatórios	153.437	0,51	317.048	0,97	(51,60)
Participações nos Lucros	124.930	0,42	84.123	0,26	48,51
Impostos, Taxas e Contribuições	498.553	1,67	515.425	1,58	(3,27)
Imposto de Renda e Contribuição Social	34.899	0,12	31.946	0,10	9,24
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	1.107.664	3,72	3.478.810	10,68	(68,16)
Empréstimos e Financiamentos	1.056.225	3,54	4.901.538	15,05	(78,45)
Debêntures	1.181.541	3,96	1.564.531	4,80	(24,48)
Salários e Contribuições Sociais	185.693	0,62	226.743	0,70	(18,10)
Obrigações Pós-emprego	138.076	0,46	51.227	0,16	169,54
Concessões a Pagar	20.400	0,07	16.270	0,05	25,38
Outras Obrigações	353.865	1,19	304.710	0,94	16,13
TOTAL DO CIRCULANTE	5.921.641	19,86	12.798.306	39,29	(53,73)
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	193.025	0,65	169.201	0,52	14,08
Empréstimos e Financiamentos	2.379.259	7,98	1.608.770	4,94	47,89
Debêntures	4.840.339	16,24	2.340.954	7,19	106,77
Impostos, Taxas e Contribuições	705.497	2,37	686.172	2,11	2,82
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	255.813	0,86	307.188	0,94	(16,72)
Provisões	306.385	1,03	265.476	0,82	15,41
Concessões a Pagar	151.995	0,51	171.448	0,53	(11,35)
Obrigações Pós-emprego	2.310.652	7,75	2.574.948	7,91	(10,26)
Outras Obrigações	111.179	0,37	97.422	0,30	14,12
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	11.254.144	37,75	8.221.579	25,24	36,89
TOTAL DO PASSIVO	17.175.785	57,61	21.019.885	64,54	(18,29)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	6.294.208	21,11	4.265.091	13,10	47,57
Reservas de Capital	1.924.733	6,46	3.953.850	12,14	(51,32)
Reservas de Lucros	3.839.882	12,88	2.856.176	8,77	34,44
Ajustes de Avaliação Patrimonial	579.534	1,94	474.879	1,46	22,04
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.638.357	42,39	11.549.996	35,46	9,42
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.814.142	100,00	32.569.881	100,00	(8,46)

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2013 em comparação a 2012 são como segue:

- ✓ Aumento de 122,17% nos saldos de Tributos Compensáveis em função dos créditos registrados de PASEP/CONFINS em função de êxito da Companhia em ação judicial onde questionava-se a legalidade da incidência dos impostos sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais.
- ✓ Extinção do saldo de contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais no Circulante no valor de R\$2.422 milhões em função da liquidação antecipada do contrato com o Governo do Estado de Minas Gerais no 1º trimestre de 2013.
- ✓ Redução de 68,16% no saldo de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar em função do menor lucro apurado em 2013 e também da declaração de dividendos extraordinários no exercício anterior no valor de R\$1.600 milhões.
- ✓ A variação nos investimentos decorre, principalmente, da alienação, concluída em 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela Cemig GT na EBTE e no Grupo TBE para a controlada em conjunto TAESA;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- ✓ Em decorrência do Decreto nº 7.891/13, a Cemig D registrou a partir de 2013 os subsídios tarifários que são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), sendo que o saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$136 milhões.
- ✓ Saldo de reembolso de subsídios tarifários e custo com energia comprada no valor de R\$175 milhões em 2013 referente a valores a serem repassados pela Eletrobrás com utilização de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

ATIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2012 Reapresentado	AV %	01/01/2012 Reapresentado	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.919.125	5,89	2.103.870	7,10	(8,78)
Títulos e Valores Mobiliários	657.142	2,02	356.327	1,20	84,42
Consumidores e Revendedores	1.858.129	5,71	2.067.349	6,98	(10,12)
Concessionários – Transporte de Energia	347.371	1,07	295.838	1,00	17,42
Ativo Financeiro da Concessão	287.692	0,88	42.106	0,14	583,26
Tributos Compensáveis	216.746	0,67	228.554	0,77	(5,17)
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	228.968	0,70	135.221	0,46	69,33
Revendedores – Transações com Energia Livre	20.755	0,06	22.080	0,07	(6,00)
Dividendos a Receber	113.364	0,35	73.578	0,25	54,07
Fundos Vinculados	132.493	0,41	3.386	0,01	3.812,97
Estoques	41.204	0,13	31.041	0,10	32,74
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	20.445	0,06	-	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	2.422.099	7,44	-	-	-
Outros Créditos	538.219	1,65	408.453	1,38	31,77
TOTAL DO CIRCULANTE	8.803.752	27,03	5.767.803	19,47	52,64
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	99.116	0,30	-	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	10.440	0,03	11.931	0,04	(12,50)
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	1.830.075	6,18	-
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.303.920	4,00	931.438	3,14	39,99
Tributos Compensáveis	391.608	1,20	281.252	0,95	39,24
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	27.911	0,09	19.548	0,07	42,78
Depósitos Vinculados a Litígios	1.300.507	3,99	1.276.232	4,31	1,90
Consumidores e Revendedores	221.150	0,68	61.822	0,21	257,72
Outros Créditos	97.678	0,30	83.822	0,28	16,53
Ativo Financeiro da Concessão	5.475.463	16,81	3.834.358	12,94	42,80
Investimentos	6.855.253	21,05	6.351.309	21,44	7,93
Imobilizado	6.108.729	18,76	6.392.332	21,58	(4,44)
Intangível	1.874.354	5,75	2.779.400	9,38	(32,56)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	23.766.129	72,97	23.853.519	80,53	(0,37)
TOTAL DO ATIVO	32.569.881	100,00	29.621.322	100,00	9,95

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2012 Reapresentado	AV %	01/01/2012 Reapresentado	AV %	AH %
Fornecedores	1.305.935	4,01	843.697	2,85	54,79
Encargos Regulatórios	317.048	0,97	271.409	0,92	16,82
Participações nos Lucros	84.123	0,26	87.800	0,30	(4,19)
Impostos, Taxas e Contribuições	515.425	1,58	460.908	1,56	11,83
Imposto de Renda e Contribuição Social	31.946	0,10	29.590	0,10	7,96
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	3.478.810	10,68	1.243.086	4,20	179,85
Empréstimos e Financiamentos	4.901.538	15,05	2.633.655	8,89	86,11
Debêntures	1.564.531	4,80	1.870.176	6,31	(16,34)
Salários e Contribuições Sociais	226.743	0,70	241.488	0,82	(6,11)
Obrigações Pós-emprego	51.227	0,16	74.441	0,25	(31,18)
Concessões a Pagar	16.270	0,05	7.990	0,03	103,63
Outras Obrigações	304.710	0,94	334.629	1,13	(8,94)
TOTAL DO CIRCULANTE	12.798.306	39,29	8.098.869	27,34	58,03
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	169.201	0,52	261.930	0,88	(35,40)
Empréstimos e Financiamentos	1.608.770	4,94	3.825.345	12,91	(57,94)
Debêntures	2.340.954	7,19	2.174.715	7,34	7,64
Impostos, Taxas e Contribuições	686.172	2,11	773.370	2,61	(11,28)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	307.188	0,94	333.305	1,13	(7,84)
Provisões	265.476	0,82	311.069	1,05	(14,66)
Concessões a Pagar	171.448	0,53	129.629	0,44	32,26
Obrigações Pós-emprego	2.574.948	7,91	1.956.238	6,60	31,63
Outras Obrigações	97.422	0,30	90.588	0,31	7,54
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	8.221.579	25,24	9.856.189	33,27	(16,58)
TOTAL DO PASSIVO	21.019.885	64,54	17.955.058	60,62	17,07
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	4.265.091	13,10	3.412.073	11,52	25,00
Reservas de Capital	3.953.850	12,14	3.953.850	13,35	0,00
Reservas de Lucros	2.856.176	8,77	3.292.871	11,12	(13,26)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	474.879	1,46	1.007.470	3,40	(52,86)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.549.996	35,46	11.666.264	39,38	(1,00)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32.569.881	100,00	29.621.322	100,00	9,95

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2012 em comparação a 2011 são como segue:

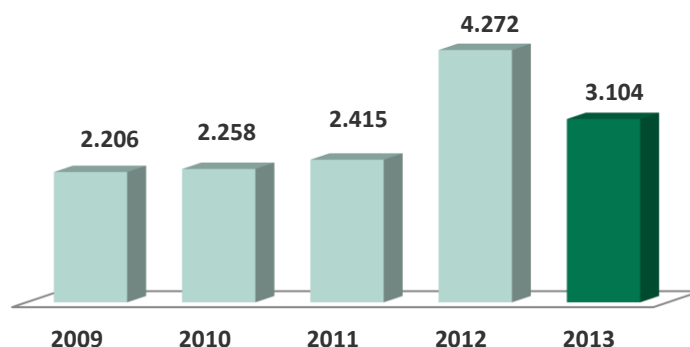
- ✓ Aumento de 84,42% nos saldos de Títulos e Valores Mobiliários circulantes em função de otimização das aplicações financeiras da Companhia.
- ✓ Saldo de contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais no Circulante no valor de R\$2.422 milhões em função da liquidação antecipada do contrato com o Governo do Estado de Minas Gerais.
- ✓ Aumento de 42,80% no saldo do ativo financeiro não circulante em função das adições de novos ativos de distribuição, considerando o programa de investimentos da Companhia.
- ✓ Aumento de 179,85% no saldo de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar em função da declaração de dividendos extraordinários de R\$1.600 milhões e também da provisão dos dividendos de 2012, considerando o crescimento do lucro no ano.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

R\$ milhões	Consolidado				
	2013	AV %	2012 Reapresentado	AV %	AH %
RECEITA LÍQUIDA	14.627	100,00	14.137	100,00	3,47
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal	(1.284)	(8,78)	(1.174)	(8,30)	9,37
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(222)	(1,52)	(239)	(1,69)	(7,11)
Obrigações Pós-Emprego	(175)	(1,20)	(134)	(0,95)	30,60
Materiais	(123)	(0,84)	(73)	(0,52)	68,49
Serviços de Terceiros	(917)	(6,27)	(906)	(6,41)	1,21
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.207)	(35,60)	(4.683)	(33,13)	11,19
Depreciação e Amortização	(824)	(5,63)	(763)	(5,40)	7,99
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(131)	(0,90)	(185)	(1,31)	(29,19)
Provisões (Reversões) Operacionais	(305)	(2,09)	(671)	(4,75)	(54,55)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(575)	(3,93)	(883)	(6,25)	(34,88)
Custos de Construção	(975)	(6,67)	(1.336)	(9,45)	(27,02)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(494)	(3,38)	(481)	(3,40)	2,70
	(11.232)	(76,79)	(11.528)	(81,54)	(2,57)
Resultado de Equivalência Patrimonial	764	5,22	866	6,13	(11,78)
Ganho na Alienação de Investimento	284	1,94	-	-	-
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento	(81)	(0,55)	-	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	4.362	29,82	3.475	24,58	25,53
Receitas Financeiras	886	6,06	2.924	20,68	(69,70)
Despesas Financeiras	(1.194)	(8,16)	(1.294)	(9,15)	(7,73)
Resultado antes dos Impostos	4.054	27,72	5.105	36,11	(20,59)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(994)	(6,80)	(1.036)	(7,33)	(4,05)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	44	0,30	203	1,44	(78,33)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.104	21,22	4.272	30,22	(27,34)

Resultado do Exercício

A Cemig apresentou, no exercício de 2013, um resultado de R\$3.104 milhões em comparação ao resultado de R\$4.272 milhões no exercício de 2012, representando uma redução de 27,34%. Esta redução decorre, principalmente, do efeito extraordinário no lucro líquido de 2012 em função da liquidação antecipada do contrato da CRC pelo Governo do Estado de Minas Gerais

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Lucro Líquido***Receita operacional*

A composição das receitas operacionais é como segue:

R\$ milhões	2013	AV %	2012	AV %	AH %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	14.741	100,78	15.380	108,79	(4,15)
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.008	6,89	1.808	12,79	(44,25)
Receita de Transmissão					
Receita de Concessão de Transmissão	404	2,76	662	4,68	(38,97)
Receita de Construção de Transmissão	91	0,62	107	0,76	(14,95)
Receita de Indenização de Transmissão	21	0,14	192	1,36	(89,06)
Receita de Construção de Distribuição	884	6,04	1.229	8,69	(28,07)
Transações com energia na CCEE	1.193	8,16	387	2,74	208,27
Outras Receitas Operacionais	1.048	7,16	507	3,59	106,71
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(4.763)	(32,56)	(6.135)	(43,40)	(22,36)
Receita Operacional Líquida	14.627	100,00	14.137	100,00	3,47

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$14.741 milhões em 2013 em comparação a R\$15.380 milhões em 2012, o que representa uma redução de 4,15%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$12.597 milhões em 2013 comparada a R\$13.691 milhões em 2012, uma redução de 7,99%.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579/12. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o resultado do processo de Revisão Tarifária Ordinária da Cemig D;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (efeito integral em 2013);
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013;
- redução de 1,78% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste nos contratos de venda de energia para consumidores livres em 2013, sendo a maior parte dos contratos indexados à variação do IGP-M;

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no ano de 2013, comparativamente às de 2012:

	MWh		
	2013	2012	AH %
Residencial	9.473.426	8.870.990	6,79
Industrial	23.451.590	25.472.685	(7,93)
Comércio, Serviços e Outros	6.035.454	5.722.581	5,47
Rural	3.028.459	2.857.117	6,00
Poder Público	860.709	830.705	3,61
Iluminação Pública	1.267.202	1.241.928	2,04
Serviço Público	1.241.897	1.185.781	4,73
Subtotal	45.358.737	46.181.787	(1,78)
Consumo Próprio	35.162	34.126	3,04
	45.393.899	46.215.913	(1,78)
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	16.127.376	13.368.096	20,64
Total	61.521.275	59.584.009	3,25

(*) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

A energia comercializada pela Cemig, no ano de 2013, apresentou um acréscimo de 3,25% em relação ao ano de 2012.

As vendas de energia para consumidores finais tiveram uma redução de 1,78%, devido à retração da atividade produtiva, afetada pelo baixo crescimento do país em 2013.

O desempenho das principais classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir:

Residencial: O consumo residencial apresentou crescimento de 6,79% em relação a 2012. O aumento de consumo de energia desta classe está associado, principalmente, à ligação de novas unidades consumidoras e ao

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias por meio de políticas governamentais de emprego e renda além do estímulo à aquisição de bens associados à oferta de linhas de financiamento.

Industrial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres apresentou uma redução de 7,93% em relação a 2012, decorrente basicamente da retração da atividade produtiva, afetada pelo baixo crescimento do país em 2013.

Comercial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres, na área de concessão em Minas Gerais e fora do Estado, aumentou 5,47%, decorrente, basicamente, da ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo de serviços pelas famílias e demais setores econômicos.

Rural: O consumo dessa classe cresceu 6,00%, em decorrência do aumento na demanda de energia para irrigação, em função das condições climáticas atípicas ao longo do ano de 2013, com menores chuvas.

Demais classes: As demais classes (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio), cresceram 3,41% no ano de 2013.

Receita com suprimento a Outras Concessionárias

A receita com energia vendida foi R\$2.144 milhões em 2013 comparada a R\$1.689 milhões em 2012, o que representou um aumento de 26,94%. Os principais fatores que ocasionaram este resultado estão relacionados a seguir:

- aumento de 20,64% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias, que foi de 16.127.376 MWh em 2013, comparada a 13.368.096 MWh em 2012;
- aumento de 5,22% no preço médio de venda da energia, que foi de R\$132,94 por MWh no exercício de 2013 em comparação a R\$126,35 por MWh em 2012.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. Em 2013, a receita foi de R\$1.008 milhões em 2013 comparada a R\$1.808 milhões em 2012, uma redução de 44,25%. Esta variação decorre, principalmente, da redução na tarifa advinda da revisão tarifária da Cemig Distribuição, com impacto médio percebido pelos consumidores livres, de 33,22%, a partir de 08 de abril de 2013, e redução no consumo industrial dos grandes clientes em 2013.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$1.193 milhões em 2013 comparada a R\$387 milhões em 2012, um aumento de 208,27%. Este resultado decorre, principalmente, de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, decorrente, principalmente, da energia migrada dos consumidores livres e do excedente de energia advinda dos contratos por disponibilidade, associada a alta de 57,81% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$263,06/MWh em 2013 e R\$166,69/MWh em 2012).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Outras receitas operacionais**

As outras receitas da Companhia são como segue:

R\$ milhões	Consolidado		
	2013	2012	AH %
Serviço Taxado	10	17	(41,18)
Serviço de Telecomunicações	127	145	(12,41)
Prestações de Serviços	122	96	27,08
Subvenções (*)	673	176	282,39
Aluguel e Arrendamento	57	71	(19,72)
Outras	59	2	2.850,00
	1.048	507	106,71

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

Esta variação foi ocasionada, principalmente, de repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa, no montante de R\$488 milhões no exercício de 2013.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$4.763 milhões em 2013 comparados a R\$6.135 milhões em 2012, representando uma redução de 22,36%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da MP 579/12, quanto à redução dos encargos setoriais:

Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à RGR no exercício de 2013 foram de R\$70 milhões, comparados a R\$217 milhões em 2012, representando uma redução de 67,74%. Esta redução decorre, principalmente, dos efeitos da Lei 12.783/13, que isentou a Cemig Distribuição do recolhimento da RGR a partir de fevereiro de 2013.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Os encargos referentes à CDE foram de R\$132 milhões em 2013 em comparação a R\$498 milhões em 2012, representando uma redução de 73,49%. A Lei 12.783/13 reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Os encargos referentes à CCC foram de R\$25 milhões em 2013, comparados a R\$458 milhões em 2012, representando uma redução de 94,54%.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2013 o montante de R\$11.232 milhões comparados a R\$11.528 milhões em 2012, uma redução de 2,57%.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$5.207 milhões em 2013 comparada a R\$4.683 milhões em 2012, representando um aumento de 11,19%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- maior compra de energia no ambiente livre em 2013, uma variação de R\$578 milhões, em função da maior atividade de comercialização pela Cemig GT, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro;
- este aumento foi compensado, parcialmente, pela redução nos gastos com energia de curto prazo decorrente de exposição na CCEE, tendo em vista o ressarcimento pelo Governo Federal de parcela dos custos no montante de R\$1.008 milhões, conforme segue:
 - R\$489 milhões decorrentes da redução do impacto do reajuste tarifário, limitado em 3,00% pelo Governo Federal, com o recebimento à vista de parcela dos gastos com compra de energia, que foram superiores à receita no período de abril de 2012 a abril de 2013;
 - R\$519 milhões em virtude do alívio das exposições financeiras da Companhia no mercado de curto prazo, que cobriu o déficit tarifário relativo ao risco hidrológico decorrente das cotas, à exposição involuntária decorrente da não adesão à prorrogação das concessões e ao Encargo de Serviço de Sistema (ESS-Segurança Energética).
- aumento de 14,80% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.016 milhões no exercício de 2013, comparada a R\$885 milhões no exercício de 2012, em decorrência, dentre outros fatores, da desvalorização do Real frente ao Dólar em 2013, comparada a uma valorização em 2012. O Dólar médio relativo às faturas no exercício de 2013 foi de R\$2,0313, em comparação a R\$1,5897 do exercício de 2012, o que representou uma variação de 27,78%;

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$575 milhões em 2013, comparados a R\$883 milhões em 2012, representando uma redução de 34,88%. Este resultado decorre da aplicação da Lei 12.783/13, que reduziu os encargos setoriais e também renovou concessões antigas de transmissão do setor elétrico, com a redução na remuneração das concessionárias, o que refletiu na diminuição dos encargos de transmissão.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$305 milhões em 2013, comparadas a R\$671 milhões em 2012, uma redução de 54,55%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- constituição de R\$403 milhões em 2012, de provisão relativa ao Termo de Conciliação firmado entre a Companhia e a União em ação relacionada à extinta Conta CRC, o que viabilizou a operação de liquidação antecipada do contrato da CRC com o Governo do Estado de Minas Gerais;
- provisão para Devedores Duvidosos de R\$121 milhões em 2013 na comparação com R\$227 milhões em 2012, em função de provisão no ano anterior de R\$159 milhões referente à perda relativa ao ICMS sobre encargos de uso do sistema de distribuição – TUSD;
- em 2013 ocorreu um acréscimo de R\$168 milhões nas provisões trabalhistas em função de revisão nas estimativas de perda nas contingências da Companhia.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.284 milhões em 2013 comparada a R\$1.174 em 2012, representando um aumento de 9,37%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- adesões de empregados ao novo Programa de Desligamento Voluntário (PDV) da companhia, o Programa Incentivo ao Desligamento (PID), com uma provisão de R\$78 milhões no resultado em 2013, em comparação a R\$34 milhões de provisão em 2012;
- reajuste salarial de 6,00%, concedido aos empregados em 2012, decorrente do Acordo Coletivo 2012/2013 (efeito integral em 2013) e de 6,85%, a partir de novembro de 2013, decorrente do Acordo Coletivo 2013/2014;
- menor custo com pessoal transferido para obras em 2013, uma redução de R\$50 milhões, em função do menor programa de investimentos neste ano.

Custo de Construção

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$975 milhões no exercício de 2013 comparados a R\$1.336 milhões do mesmo período de 2012, uma redução de 27,02%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado em 2013 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$308 milhões comparada a uma Receita Financeira Líquida de R\$1.630 milhões em 2012. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- a Cemig discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para suas subsidiárias, sendo que, para a Cemig D, foi em um percentual de 51,93% e Cemig GT 48,07% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. O ganho total para a Companhia foi de R\$313 milhões, sendo reconhecido no resultado financeiro o valor de R\$81 milhões como reversão de PASEP e COFINS e R\$232 milhões como receita de variação monetária;
- receita com atualização monetária do contrato CRC, em 2012, de R\$2.383 milhões em decorrência de sua quitação antecipada;
- redução na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$698 milhões em 2013 comparada a R\$811 milhões em 2012. Essa redução decorre basicamente do menor estoque de dívida vinculado à variação do CDI em 2013 na comparação com 2012. Deve ser ressaltado que no caso da dívida indexada à variação do CDI, toda a variação do índice é alocada como encargos, sendo que nas dívidas indexadas a índices de inflação, somente é alocada como encargo os juros, sendo a variação do indexador inflacionário alocada como despesa com variação monetária;

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$950 milhões em relação ao Resultado de R\$4.054 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,44%. A Companhia apurou em 2012 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$833 milhões em relação ao Resultado de R\$5.104 milhões, representando um percentual de 16,31%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)**

LAJIDA - R\$ milhões	2013	2012	Var%
Resultado do Exercício	3.104	4.272	(27,34)
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	950	833	14,05
+ Resultado Financeiro	308	(1.630)	(118,90)
+ Amortização e Depreciação	824	763	7,99
= LAJIDA	5.186	4.238	22,37

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA em 2013 em comparação ao mesmo período de 2012, deve-se, principalmente, ao aumento de R\$490 milhões na receita operacional da Companhia, associada a uma redução de R\$357 milhões nos custos operacionais (excluindo-se depreciação e amortização).

Dessa forma, a margem do LAJIDA da Companhia subiu de 29,98% em 2012 para 35,46% em 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

R\$ milhões	Consolidado				
	2012 Reapresentado	AV %	2011 Reapresentado	AV %	AH %
RECEITA LÍQUIDA	14.137	100,00	12.393	87,66	14,07
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal	(1.174)	(8,30)	(1.104)	(7,81)	6,34
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(239)	(1,69)	(219)	(1,55)	9,13
Obrigações Pós-Emprego	(134)	(0,95)	(124)	(0,88)	8,06
Materiais	(73)	(0,52)	(81)	(0,57)	(9,88)
Serviços de Terceiros	(906)	(6,41)	(858)	(6,07)	5,59
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.683)	(33,13)	(3.330)	(23,56)	40,63
Depreciação e Amortização	(763)	(5,40)	(786)	(5,56)	(2,93)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(185)	(1,31)	(153)	(1,08)	20,92
Provisões (Reversões) Operacionais	(671)	(4,75)	(166)	(1,17)	304,22
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(883)	(6,25)	(748)	(5,29)	18,05
Custos de Construção	(1.336)	(9,45)	(1.232)	(8,71)	8,44
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(481)	(3,40)	(327)	(2,31)	47,09
	(11.528)	(81,54)	(9.128)	(64,57)	26,29
Resultado de Equivalência Patrimonial	866	6,13	539	3,81	60,67
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	0,00	-
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento	-	-	-	0,00	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	3.475	24,58	3.804	26,91	(8,65)
Receitas Financeiras	2.924	20,68	752	5,32	288,83
Despesas Financeiras	(1.294)	(9,15)	(1.392)	(9,85)	(7,04)
Resultado antes dos Impostos	5.105	36,11	3.164	22,38	61,35
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(1.036)	(7,33)	(994)	(7,03)	4,23
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	203	1,44	245	1,73	(17,14)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.272	30,22	2.415	17,08	76,89

Resultado do Exercício

A Cemig apresentou, no exercício de 2012, um resultado de R\$4.272 milhões em comparação ao resultado de R\$2.415 milhões no exercício de 2011, representando um aumento de 76,86%. Este aumento decorre, principalmente, do efeito extraordinário no lucro líquido de 2012 em função da liquidação antecipada do contrato da CRC pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Receita operacional

A composição das receitas operacionais é como segue:

R\$ milhões	2012	AV %	2011	AV %	AH %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	15.380	108,79	14.026	99,21	9,65
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.808	12,79	1.771	12,53	2,09
Receita de Transmissão					
Receita de Concessão de Transmissão	662	4,68	612	4,33	8,17
Receita de Construção de Transmissão	107	0,76	57	0,40	87,72
Receita de Indenização de Transmissão	192	1,36	0	0,00	#DIV/0!
Receita de Construção de Distribuição	1.229	8,69	1.175	8,31	4,60
Transações com energia na CCEE	387	2,74	175	1,24	121,14
Outras Receitas Operacionais	507	3,59	362	2,56	40,06
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(6.135)	(43,40)	(5.785)	(40,92)	6,05
Receita Operacional Líquida	14.137	100,00	12.393	87,66	14,07

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita operacional líquida aumentou 14,07%, passando de R\$12.393 milhões em 2011 para R\$14.137 milhões em 2012.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$15.380 milhões em 2012 em comparação a R\$14.026 milhões em 2011, o que representa um aumento de 9,65%.

Consumidores Finais

As receitas provenientes da venda de energia elétrica aos consumidores finais (excluindo o consumo próprio da CEMIG) aumentaram R\$1.169 milhões ou 9,3%, passando de R\$12.522 milhões em 2011 para R\$13.691 milhões em 2012.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- aumento de 2,1% no volume de energia elétrica faturado aos consumidores finais (excluindo o consumo interno);
- ajustes nas tarifas das concessões da Cemig Distribuição, que aumentaram em média 7,24% em 8 de abril de 2011 e 3,85% em 8 de abril de 2012, respectivamente;
- reajustes nas taxas dos contratos para venda de energia a Consumidores Livres, indexados principalmente pela variação do IGP-M, que aumentou 7,8% em 2012.

Receitas provenientes do fornecimento no atacado a outras concessionárias e à PROINFA

As receitas provenientes do fornecimento no atacado a outras concessionárias e à PROINFA aumentaram em R\$185 milhões ou 12,3%, de R\$1.504 milhões em 2011 para R\$1.689 milhões em 2012. O preço médio dessas vendas aumentou 21,1%, de R\$106,29/MWh em 2011 para R\$128,73/MWh em 2012. Isto foi parcialmente compensado pela redução do volume de energia elétrica vendida a outras concessionárias de 1.029 GWh, ou 7,3%, passando de 14.150 GWh em 2011 para 13.121 GWh em 2012.

Receitas provenientes da utilização de sistema de distribuição de energia elétrica (TUSD)

As receitas provenientes da utilização do sistema de distribuição de energia elétrica (TUSD) aumentaram R\$37 milhões, ou 2,09%, passando de R\$1.771 milhões em 2011 para R\$1.808 milhões em 2012. Essas receitas provêm de cobranças de energia vendida aos Consumidores Livres localizados nas áreas de concessão da CEMIG, e o aumento em 2012 foi devido ao reajuste das taxas e a um maior volume de energia transportada aos consumidores livres pela CEMIG, resultante da recuperação da atividade industrial e a migração de consumidores cativos para o Mercado Livre em 2012.

Receitas provenientes da utilização da rede de concessão de transmissão

As receitas provenientes da utilização da rede básica de transmissão cresceram R\$50 milhões, ou 8,17%, passando de R\$612 milhões em 2011 para R\$662 milhões em 2012. Essas receitas provêm da capacidade de transmissão da Cemig Geração e Transmissão disponibilizada para a rede nacional no mercado de transmissão.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Receitas provenientes de indenizações de transmissão

Em 2012, nós registramos um ganho estimado de R\$ 192 milhões provenientes de indenizações sobre ativos de transmissão, em função da exigência trazida pela MP 579. A transação de receitas de indenização se refere à diferença entre os valores contabilizados e o montante estimado de compensação dos ativos de transmissão que foram renovados antecipadamente, de acordo com os critérios estabelecidos pela MP 579. A Companhia registrou, em 2012, um ganho baseado em valores de indenização estimados, usando como referência a nota técnica 387/2012 da Aneel, na qual estudos são apresentados para a definição do Valor Novo de Reposição (VNR) das linhas de transmissão que tiveram seus Contratos de Concessão renovados. Para maiores informações ver Nota 04 às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Receitas de construção de transmissão e de distribuição

As receitas de construção aumentaram R\$104 milhões, passando de R\$1.232 milhões em 2011 para R\$1.336 milhões em 2012, devido a um maior investimento em ativos de concessões. Essas receitas representam os investimentos nos ativos da concessão, incluindo, em alguns casos, a margem de lucro registrada em cada operação. Grande parte das receitas de construção foi compensada pelos custos de construção.

Transações com energia na CCEE

A CEMIG GT teve exposição positiva no ano de 2012 no mercado de curto prazo de 2.967,742 GWh, sendo que 99,4% devido à energia secundária proporcionada pelo sistema através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia). Essa exposição positiva em 2012 no mercado de curto prazo gerou uma receita de R\$ 180 milhões. Pelo resultado mostrado, pode-se perceber que a venda em contratos bilaterais firmes representou quase a totalidade dos recursos disponíveis para a venda, tanto de usinas próprias como compra de energia de terceiros. Praticamente, apenas a energia secundária foi contabilizada como exposição de curto prazo, sendo que essa energia não pode ser vendida em contratos bilaterais, pois é resultante da decisão de despacho operativo do ONS (Operador Nacional do Sistema).

A CEMIG D teve exposição praticamente nula no ano de 2012 no mercado de curto prazo, com alguns meses com exposição negativa e outros, em compensação, com exposição positiva. Ao longo do ano, a CEMIG D teve exposições involuntárias devido a atrasos em entrada em operação comercial de usinas que venderam energia para as distribuidoras nos leilões do MME, e também pela perda de contratos de usinas que não foram construídas, e também venderam energia em leilões do MME. Assim, possíveis perdas ou ganhos financeiros das exposições de curto prazo da CEMIG D são contabilizados pela Aneel para os repasses às tarifas dos consumidores finais da empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Outras receitas operacionais**

As outras receitas da Companhia são como segue:

R\$ milhões	Consolidado		
	2012	2011	AH %
Serviço Taxado	17	13	30,77
Serviço de Telecomunicações	145	149	(2,68)
Prestações de Serviços	96	75	28,00
Subvenções (*)	176	56	214,29
Aluguel e Arrendamento	71	67	5,97
Outras	2	2	-
	507	362	40,06

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

O aumento em outras receitas operacionais em 2012, comparadas a 2011, são principalmente devidas ao aumento das receitas relacionadas a subvenções de 214,29%, passando de R\$56 milhões em 2011 para R\$176 milhões em 2012. Esta receita é reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

Impostos sobre receitas e encargos regulatórios

Os impostos sobre as receitas aumentaram R\$350 milhões, ou 6,05%, passando de R\$5.785 milhões em 2011 para R\$6.135 milhões em 2012. Os impostos sobre as receitas consistem em: (i) IVA, avaliado a uma alíquota média de 21% sobre as vendas de energia elétrica aos consumidores finais; (ii) COFINS, avaliado a uma alíquota de 7,6%; e PASEP, avaliado a uma alíquota de 1,7%. Veja a Nota Explicativa 24 às nossas demonstrações financeiras consolidadas para mais informações.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os custos e despesas operacionais aumentaram R\$2.400 milhões, ou 26,29%, passando de R\$9.128 milhões em 2011 para R\$11.528 milhões em 2012. Esse aumento deveu-se principalmente à energia elétrica comprada para revenda que aumentou R\$1.353 milhões, ou 40,63%, passando de R\$3.330 milhões em 2011 para R\$4.683 milhões em 2012.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A energia elétrica comprada para revenda consiste principalmente nas compras de Itaipu através da Eletrobrás e licitações patrocinadas pelo Governo Federal. Segundo as normas aplicáveis, devemos comprar parte da capacidade de Itaipu em dólares norte-americanos. Também compramos energia elétrica da CCEE, por meio de contratos bilaterais. A energia elétrica comprada para revenda cresceu R\$1.353 milhões, ou 40,63%, passando de R\$3.330 milhões em 2011 para R\$4.683 milhões em 2012. O aumento dos custos deveu-se basicamente ao aumento nos preços de energia elétrica em 2012, em função do baixo nível dos reservatórios brasileiros, sendo necessário o aumento dos custos operacionais das usinas termoeletricas. Esse é um custo não controlável para os negócios de distribuição, e a diferença entre os montantes utilizados como referência para o cálculo das tarifas e o custo realmente incorrido é compensada no próximo reajuste tarifário.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os encargos do uso da rede de transmissão correspondem principalmente aos custos de transporte de energia elétrica na rede básica brasileira, que são rateados entre as empresas de distribuição brasileiras, de acordo com a legislação regulatória brasileira. Os encargos do uso da rede de transmissão, que são definidos pela Aneel, cresceram R\$135 milhões, ou 18,05%, passando de R\$748 milhões em 2011 para R\$883 milhões em 2012. Essas taxas, fixadas por uma resolução da Aneel, são pagas pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações integrantes da rede nacional. Esse é um custo não controlável, e a diferença entre os montantes utilizados como referência para o cálculo das tarifas e o custo realmente incorrido é compensada no próximo reajuste tarifário.

Depreciação e Amortização

A despesa de depreciação e amortização reduziu R\$23 milhões, ou 2,93%, passando de R\$786 milhões em 2011 para R\$763 milhões em 2012. Esse resultado deve-se principalmente ao efeito da redução da taxa de depreciação e amortização a partir de 2012 em função da revisão da vida útil dos ativos.

Pessoal

Despesas com pessoal aumentaram R\$70 milhões, ou 6,34%, passando de R\$1.104 milhões em 2011 para R\$1.174 milhões em 2012. Esse aumento é devido ao aumento salarial médio de 8,2% e 4,5% acordado em novembro de 2011, nas negociações para o Acordo Coletivo de Trabalho anual, sendo parcialmente compensado pela redução de 3,8% do nosso número total de empregados 2011-2012.

Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A participação de empregados e gerentes nos lucros aumentou R\$20 milhões, ou 9,13%, passando de R\$219 milhões em 2011 para R\$239 milhões em 2012. Essa alta resulta principalmente do aumento na receita líquida da Cemig em 2012.

Serviços de Terceiros

Serviços de terceiros aumentaram R\$48 milhões, ou 5,59%, passando de R\$858 milhões em 2011 para R\$906 milhões em 2012. Isso é principalmente devido à maior quantidade de custos relacionados a serviços de comunicação e manutenção de equipamentos elétricos.

Obrigações Pós-Emprego

As despesas com obrigações de aposentadoria aumentaram R\$10 milhões, ou 8,06%, passando de R\$124 milhões em 2011 para R\$134 milhões em 2012. Esses gastos representam principalmente nossas obrigações atuariais relacionadas à apropriação líquida de juros em 2012. O aumento em 2011 deve-se principalmente ao efeito do reajuste do valor atual em nossas obrigações atuariais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Provisões Operacionais

As provisões para perdas operacionais cresceram R\$505 milhões, ou 304,22%, passando de R\$166 milhões em 2011 para R\$671 milhões em 2012. Os principais componentes que explicam esse aumento foram os seguintes:

- a constituição de provisão para devedores duvidosos, de R\$159 milhões, em relação ao ICMS sobre a utilização do sistema básico de distribuição de energia elétrica (TUSD); e
- a constituição de provisão no valor de R\$403 milhões em 2012, relacionada a um contrato celebrado pela Cemig e pelo Governo Federal sobre a conta CRC, em conexão com o pagamento antecipado dos recebíveis das contas CRC.

Em consequência dos fatores acima, tivemos um lucro operacional antes de despesas financeiras de R\$3.475 milhões em 2012 comparado a um lucro operacional antes de despesas financeiras de R\$3.804 milhões em 2011.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado em 2012 foi uma Receita Financeira Líquida de R\$1.630 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$640 milhões em 2011. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- redução nas receitas provenientes de investimentos à vista: queda de R\$141 milhões, ou 41,2%, passando de R\$342 milhões em 2011 para R\$201 milhões em 2012, devido à redução no volume de investimentos à vista em 2012.
- receitas de R\$2.383 milhões provenientes de variação monetária de contas a receber do Governo do estado de Minas Gerais. Veja a Nota Explicativa 12 às nossas demonstrações financeiras consolidadas.
- aumento nas receitas provenientes de pagamentos de multa por atraso sobre contas de energia elétrica: aumento de R\$30 milhões ou 24,2%, de R\$124 milhões em 2011 para R\$154 milhões em 2012.
- despesas com encargos de empréstimos e financiamentos: redução de R\$96 milhões, ou 10,58%, passando de R\$907 milhões em 2011 para R\$811 milhões em 2012. Essa redução deveu-se essencialmente à menor variação na taxa do CDI, o principal índice de nossos contratos de empréstimos e financiamentos, refletindo a redução na taxa SELIC em 2012.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$833 milhões em relação ao Resultado de R\$5.105 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 16,32%. A Companhia apurou em 2011 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$749 milhões em relação ao Resultado de R\$3.164 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,67%.

No exercício de 2012 a Companhia efetuou pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R\$1,7 bilhão, que ocasionou uma redução no Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$578 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)**

LAJIDA - R\$ milhões	2012	2011	Var%
Resultado do Exercício	4.272	2.415	76,89
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	833	749	11,21
+ Resultado Financeiro	(1.630)	640	(354,69)
+ Amortização e Depreciação	763	786	(2,93)
= LAJIDA	4.238	4.590	(7,67)

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA em 2012 em comparação ao mesmo período de 2011, deve-se, principalmente, ao aumento de R\$2.423 milhões nos Custos e Despesas Operacionais (excluindo-se depreciação e amortização), que foi parcialmente compensado pelo aumento de R\$1.744 milhões na Receita Líquida da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2013, 2012 e 2011.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária*Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão*

Em 17 de maio de 2012, celebrou-se um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão em conjunto com a Taesa, por meio do qual foi transferida para aquela companhia, através da alienação dos ativos, a totalidade das participações acionárias detidas pela Cemig GT na EBTE (49%). Com a transferência a Taesa passou a deter 74,49% da EBTE, considerando participação de 49% cedida pela Cemig GT e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a Taesa passou a deter 49,98% das ações da EATE após a transferência da mesma pela CEMIG, conforme descrito abaixo.

Neste mesmo acordo, a CEMIG transferiu para a Taesa, a totalidade das ações das empresas de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: ETEP (49,98%); ENTE (49,99%); ERTE (49,99%); EATE (49,98%) e ECTE (19,09%).

A alienação foi concluída em 31 de maio de 2013 e, a Taesa desembolsou pela transferência dos ativos adquiridos o valor total de R\$1.691.415, já corrigidos pela variação acumulada do CDI a partir de 31 de dezembro de 2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não.

Por conta desta transação, a Companhia registrou ganho no resultado de 2013, como demonstrado na tabela abaixo:

R\$ mil	Consolidado	Controladora
Valor recebido pelos ativos	1.691.415	1.619.987
Valor registrado dos ativos	(1.407.117)	(1.241.609)
Subtotal	284.298	378.378
Efeitos fiscais – IR e CS	(96.661)	(128.649)
Ganho não realizado na alienação	(80.684)	(80.684)
Efeito líquido no resultado do período	106.953	169.045

A diferença entre os valores consolidados e individuais deve-se aos efeitos apurados na Cemig GT, considerando que esta empresa era a acionista da EBTE.

Transferência de controle da TAESA da Cemig GT para a Cemig S.A

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em 24 de outubro de 2013 as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig GT, referentes às emissões descritas a seguir, anuíram com a redução do Capital Social da Cemig GT de R\$3.296.785 para R\$893.192 em decorrência da transferência das ações de emissão da TAESA para a Cemig, esta garantidora das Debêntures emitidas pela Cemig GT, conforme anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), obtida em 14 de maio de 2013, e deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT realizada em 26 de setembro de 2013.

Por se tratar de transação entre entidades sob controle comum, a transferência foi realizada pelo custo histórico dos investimentos naquela data, sem impactos nos resultados da Cemig ou da sua controlada Cemig GT.

Opções de venda

A controlada Cemig GT concedeu ao Fundo de Participações, que é acionista da Taesa, uma opção de venda de suas ações da Companhia, exercível em outubro de 2014. A opção é calculada através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos pagos pela Taesa. Sobre o valor líquido haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira.

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

Os Fundos de Participação possuem ações ordinárias e preferencias emitidas pela Taesa e Light, e, atualmente, exercem o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessas companhias. Desta maneira, estas opções foram consideradas instrumentos derivativos que devem estar contabilizados pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração dos valores justos de referidas opções, a Companhia observou o volume das ações da Light e da Taesa negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tais opções, se exercidas pelos Fundos, requererão a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações das referidas empresas em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração dos valores justos das opções. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto das opções de venda, também estimado na data do exercício das opções, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Com base nos estudos realizados, a Cemig não registrou obrigações em suas demonstrações contábeis decorrentes dessas opções, tendo em vista que a estimativa do valor justo das opções aproxima-se de zero.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**Investimento na Madeira Energia S.A. - MESA**

A Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2013, R\$18.624.982 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R\$1.862.498. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 31 de dezembro de 2013, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R\$199.510. O efeito proporcional na Companhia é de R\$19.951. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo. Neste sentido, a MESA e a sua controlada Santo Antônio Energia S.A. contam com os aportes de recursos a serem efetuados pelos seus acionistas, bem como com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada no montante total de R\$1.990 milhões, dos quais R\$800 milhões já foram liberados em 2013. Nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando.

Aquisição de participação na Brasil PCH

Em 14 de junho de 2013, a controlada Cemig GT celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH (“CCVA Brasil PCH”).

Em 8 de agosto de 2013 a Cemig GT celebrou Acordo de Investimento com Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A., Light Energia S.A. e Chipley, tendo como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova, bem como a estruturação da Chipley, sociedade com participação da Cemig GT e da Renova, com participações de 40% e 59%, respectivamente, para o qual foi cedido o CCVA Brasil PCH.

Nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações da Brasil PCH, exercera o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

A transação foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Celebração de Acordo de Investimento

A Cemig GT aprovou em 2013 a celebração de Acordo de Investimento juntamente com a Renova, RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley. O Acordo de Investimento tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização pela Cemig GT de novas ações a serem emitidas pela Renova, bem como a estruturação da Chipley como veículo de crescimento, com participação da Cemig GT e da Renova, para o qual será cedido o Contrato de Compra e Venda de ações da Brasil PCH S.A. (CCVA Brasil PCH), celebrado entre Cemig GT e a Petrobras, em 14 de junho 2013.

O preço de emissão das ações da Renova será de R\$16,2266 por ação ordinária, sendo que a parcela do aumento do capital social da Renova a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT será de R\$1.414.733. Os valores mencionados serão atualizados pela variação do CDI desde 31 de dezembro 2012 até a data do efetivo aumento de capital. Nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nestas demonstrações financeiras.

Parceria para Consolidação de Participações em Investimentos de Geração de Energia Elétrica

Em 19 de dezembro de 2013, a Cemig GT celebrou documentos comerciais e societários com a Vale S/A. (“Vale” e, em conjunto com a Cemig GT, as “Partes”), que formalizaram a associação para a criação da empresa Aliança Geração de Energia S/A, que será uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica (“Associação”).

A Aliança Geração de Energia S/A será constituída pelas partes mediante o aporte de suas participações dos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga e possuirá capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT deterão, respectivamente, 55% e 45% do capital total desta nova empresa. A participação da Cemig GT mencionada acima para a Associação foi avaliada em R\$2.029.900.

A Cemig GT também adquirirá, pelo valor aproximado de R\$206.000, 49% de participação da futura empresa Aliança Norte Energia Participações S/A, que deterá a participação dos 9% da Norte Energia S/A. (“Norte Energia”) pertencentes à Vale. O preço de aquisição, correspondente ao valor dos aportes de capital realizados pela Vale até 31 de dezembro de 2013, será pago à vista na data do fechamento, corrigido pelo IPCA. Com a aquisição, a Cemig GT passa a deter indiretamente mais 4,41% da Norte Energia, o que representa uma capacidade instalada de 495,39 MW (201 MW médios).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

As partes elaboraram os contratos da Associação e de Aquisição estabelecendo o controle compartilhado entre as partes e alinhamento integral na tomada de todas as decisões na operação das companhias.

A eficácia das transações está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes e formalidades legais, como aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Norte Energia e anuência das suas instituições financeiras credoras, bem como aprovação das autoridades governamentais competentes, como a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, na forma de legislação aplicável. Assim, nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nestas demonstrações financeiras.

Aquisição de participação no Consórcio da Usina de Capim Branco

A Cemig Capim Branco Energia S/A, (“Cemig Capim Branco”), subsidiária integral da Cemig, concluiu em 28 de maio de 2013 a aquisição de 30,3030% de participação na Sociedade de Propósito Específico – SPE “Epícares Empreendimentos e Participações Ltda”, empresa do Grupo Paineiras, que detém 17,89% de participação no Consórcio Capim Branco Energia (“Consórcio”). Portanto, esta aquisição corresponde a uma participação adicional de 5,42% no Consórcio.

O valor da avaliação econômica referente à participação adquirida correspondeu a R\$94 milhões.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear de junho de 2013 até agosto de 2036, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Epícares Empreendimentos e Participações Ltda., classificados no balanço patrimonial consolidado como investimento em coligadas:

	Valores justos das participações adquiridas (30,30%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	200
Contas a receber	1.756
Ativo Imobilizado	55.471
Ativo intangível	56.613
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(598)
Impostos diferidos	(19.258)

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Total dos ativos líquidos	94.184
----------------------------------	---------------

Na data da aquisição o valor do patrimônio líquido contábil da participação adquirida era de R\$55.453.

c. eventos ou operações não usuais:

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais à Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas demonstrações financeiras, de maneira retroativa. Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito nestas Demonstrações Contábeis:

CPC 33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures e as entidades controladas em conjunto devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior do IAS 31, permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Pronunciamento CPC 19 (R2) – IFRS 11 - Acordos de Participação

Em função da adoção dessa norma, por entender que seus investimentos se caracterizam como joint ventures de acordo com a norma revisada, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional.

Essas alterações não geraram impacto no lucro líquido da Companhia, entretanto, impactaram as rubricas individuais da demonstração do resultado consolidado em contrapartida à rubrica de equivalência patrimonial, bem como redução nas rubricas de ativos e passivos consolidados em contrapartida a um aumento na rubrica de investimentos, conforme demonstrado mais abaixo. Houve também impacto entre linhas nas demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases***Pronunciamento CPC 33(R1) – IAS 19 (revisada em 2011)***

A partir do exercício de 2013, em função da adoção das alterações no CPC 33 R1 (Benefícios a empregados), a diferença entre o passivo líquido registrado no Balanço Patrimonial e o Passivo Líquido apurado no laudo atuarial será integralmente reconhecida em contrapartida ao Patrimônio Líquido da Companhia. Dessa forma, ocorreu um aumento acumulado no Patrimônio Líquido em dezembro de 2013 em função dessa nova prática contábil, no montante de R\$ 175.463, líquido dos efeitos fiscais diferidos.

O efeito decorrente da adoção da nova prática contábil de registro das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego, efetuado de forma retrospectiva, representou uma redução no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$494.066 (R\$78.684 em 1º de janeiro de 2012).

A seguir, apresentamos um resumo dos efeitos significativos das alterações citadas acima:

01/01/2012	Consolidado				Controladora		
Balanço Patrimonial	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado	Saldo Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado
Ativo Circulante	8.531.649	-	(2.763.846)	5.767.803	683.277	-	683.277
Ativo Não Circulante							
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.235.869	33.824	(338.255)	931.438	424.449	7.238	431.687
Investimentos	176.740	(13.025)	6.187.594	6.351.309	11.994.523	(64.635)	11.929.888
Demais Ativos Não Circulantes	27.064.625	-	(10.493.853)	16.570.772	1.362.756	-	1.362.756
Total do Ativo Não Circulante	28.477.234	20.799	(4.644.514)	23.853.519	13.781.728	(57.397)	13.724.331
Passivo Circulante	12.169.346	-	(4.070.477)	8.098.869	2.352.548	-	2.352.548
Passivo Não Circulante							
Obrigações Pós-emprego	2.186.568	99.483	(329.813)	1.956.238	96.245	21.287	117.532
Demais Passivos Não Circulante	10.908.021	-	(3.008.070)	7.899.951	271.264	-	271.264
Total do Passivo Não Circulante	13.094.589	99.483	(3.337.883)	9.856.189	367.509	21.287	388.796
Patrimônio Líquido							
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.086.154	(78.684)	-	1.007.470	1.086.154	(78.684)	1.007.470
Demais Componentes do Patrimônio Líquido	10.658.794	-	-	10.658.794	10.658.794	-	10.658.794
Total do Patrimônio Líquido	11.744.948	(78.684)	-	11.666.264	11.744.948	(78.684)	11.666.264

31/12/2012	Consolidado				Controladora		
Balanço Patrimonial	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado	Saldo Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado
Ativo Circulante	11.990.079	-	(3.186.327)	8.803.752	4.092.494	-	4.092.494
Ativo Não Circulante							
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.451.794	174.047	(321.921)	1.303.920	357.354	35.283	392.637
Investimentos	225.599	(55.852)	6.685.506	6.855.253	12.253.148	(425.581)	11.827.567
Demais Ativos Não Circulantes	27.105.489	-	(11.498.533)	15.606.956	353.350	-	353.350
Total do Ativo Não Circulante	28.782.882	118.195	(5.134.948)	23.766.129	12.963.852	(390.298)	12.573.554
Passivo Circulante	14.307.372	-	(1.509.066)	12.798.306	4.701.732	-	4.701.732
Passivo Não Circulante							
Imposto de Renda e Contribuição Social	947.870	(51.699)	(588.983)	307.188	-	-	-
Obrigações- Pós Emprego	2.229.081	663.960	(318.093)	2.574.948	101.965	103.768	205.733
Demais Passivos Não Circulante	11.244.576	-	(5.905.133)	5.339.443	208.587	-	208.587
Total do Passivo Não Circulante	14.421.527	612.261	(6.812.209)	8.221.579	310.552	103.768	414.320
Patrimônio Líquido							
Ajustes de Avaliação Patrimonial	968.945	(494.066)	-	474.879	968.945	(494.066)	474.879
Demais Componentes do Patrimônio Líquido	11.075.117	-	-	11.075.117	11.075.117	-	11.075.117
Total do Patrimônio Líquido	12.044.062	(494.066)	-	11.549.996	12.044.062	(494.066)	11.549.996

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Demonstração de Resultado	31/12/2012	Consolidado	
	Publicado	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado
Receita	18.460.375	(4.323.017)	14.137.358
Custos Operacionais			
Custo com Energia Elétrica	(7.456.982)	1.891.297	(5.565.685)
Custo de Operação	(4.926.551)	797.290	(4.129.261)
Custo Total	(12.383.533)	2.688.587	(9.694.946)
Lucro Bruto	6.076.842	(1.634.430)	4.442.412
Despesa Operacional	(2.255.461)	422.320	(1.833.141)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.272)	868.722	865.450
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	4.082.602	(607.880)	3.474.722
Resultado Financeiro	1.252.324	377.221	1.629.545
Resultado antes dos Impostos	5.334.926	(230.660)	5.104.266
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.063.241)	230.660	(832.581)
RESULTADO DO PERÍODO	4.271.685	-	4.271.685

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes em 2013, somente as ênfases descritas abaixo:

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conforme descrito na nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados levantados em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes, individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do resultado; do resultado abrangente; das mutações do patrimônio líquido; dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS quanto a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Conforme descrito na nota explicativa nº. 2.1 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Renovação da Concessão da usina hidrelétrica de Jaguará

Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, o contrato de concessão da usina hidrelétrica de Jaguará (“UHE Jaguará”) expirou em agosto de 2013. Em 30 de agosto de 2013 a controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. obteve liminar no Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça – STJ. A referida liminar assegura que a Cemig Geração e Transmissão S.A. permanecerá no controle da UHE Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo. Com base nos termos da liminar, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguará, considerando que permanece no controle da referida usina. A presente decisão tem caráter preliminar

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ativos financeiros de concessão de transmissão

Conforme descrito na nota explicativa 12 às demonstrações financeiras, com base no previsto na Lei 12.783/13, a Companhia encaminhou informações ao Poder Concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão de transmissão 006/97 formados até maio de 2000, no montante de R\$533.588 mil. A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)

Sem ressaltar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes em 2012, somente as ênfases descritas abaixo.

a. Conforme descrito nas notas explicativas nº. 2.6(i) e 13, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia elétrica no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil e os ativos financeiros relacionados às atividades de distribuição de gás natural foram determinados pela Administração assumindo indenização do respectivo poder concedente, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões dos órgãos reguladores ou dos poderes concedentes sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação dos ativos imobilizados ou a forma de realização do ativo financeiro poderão ou não ser alterados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

b. Conforme descrito na nota explicativa nº. 1(a), a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do ativo imobilizado dessa controlada em conjunto, incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia totaliza R\$1.452.735 mil. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e registrado saldo de passivo circulante superior ao seu ativo circulante. Conforme descrito na nota explicativa 1(a), a Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo e, nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

c. Conforme descrito na nota explicativa nº. 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

d. Reapresentação das demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Em 27 de março de 2012, emitimos relatório de auditoria com ressalva por limitação de escopo relacionada à necessidade de avaliação, por parte da administração, quanto a possíveis efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes de informação preliminar da ANEEL sobre a Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Companhia. Conforme descrito na nota explicativa nº. 16, em 05 de abril de 2012, a ANEEL homologou a BRR da Companhia com valores revisados, permitindo assim à administração a avaliação e conclusão de que não há necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Consequentemente, a ressalva incluída em nossa opinião relacionada com o referido assunto, emitida anteriormente não é mais necessária e, portanto, nossa nova opinião constante deste relatório não contém qualquer modificação.

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes em 2011, somente as ênfases descritas abaixo.

“Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

“A controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A Madeira tem apurado prejuízos nos últimos exercícios em função de estar em período pré-operacional e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$1.353 milhões (R\$1.279 milhões no Consolidado), com efeito proporcional na Cemig Geração e Transmissão de R\$127 milhões, em 31 de dezembro de 2011, decorrente principalmente do vencimento de parte do saldo das debêntures em 30 de setembro de 2012. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Madeira conta com os aportes de recursos dos seus acionistas, estimados em R\$2.881 milhões para o exercício de 2012, para fazer face as suas obrigações de curto prazo. Também vem apresentando gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da usina, os quais, de acordo com as projeções financeiras, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. O montante constituído de ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2011, com os referidos gastos de R\$11.510 milhões (R\$1.151 milhões proporcional à Cemig Geração e Transmissão) terá sua realização iniciada no primeiro trimestre de 2012, quando do início das operações, de acordo com as expectativas da Administração”.

Deve ser mencionado que as ênfases mencionadas acima objetivam destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de distribuição – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

Atividade de transmissão – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Uma vez que os contratos de transmissão determinam que os concessionários possuem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente, ou em nome, do poder concedente, para as novas concessões de transmissão, a companhia registra um ativo financeiro, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo já baixados em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Planos de benefício definido – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante de alteração ou redução (encurtamento) do plano. A entidade deve reconhecer o custo do serviço passado como despesa na data em que ocorrer primeiro uma das seguintes opções: (a) quando ocorrer a alteração do plano; e (b) quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação correspondentes ou os benefícios rescisórios.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano e ajustada pelos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. Nos exercícios apresentados, exceto para o exercício de 2012, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde, efetivamente, aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

Contratos Onerosos – Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações da concessão. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato de concessão e o custo líquido esperado de continuar com o mesmo.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros Resultados Abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das Demonstrações Contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão antigas, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

Instrumentos Financeiros

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. A partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de transmissão e distribuição que foram abarcados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Lei nº 12.783, depósitos vinculados a litígios e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestada. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge – Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, exceto na circunstância descrita abaixo para contabilização de operações de hedge.

O método de contabilização dos ganhos e perdas dos derivativos está condicionado à possível classificação do derivativo como instrumento de “hedge de fluxo de caixa”. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como “hedge de fluxo de caixa” é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio são realizados na Demonstração do Resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado. Para os derivativos que não são classificados como “hedge de fluxo de caixa”, as variações de valor justo são reconhecidas como ganhos ou perdas no resultado financeiro.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de moedas estrangeiras referentes à controlada em conjunto Transchile são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As Demonstrações Contábeis de controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis brasileiras e internacionais e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Ressaltamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade de que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com políticas e procedimentos estabelecidos.

A administração avaliou a efetividade dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2013, com base nos critérios estabelecidos no documento Internal Control Integrated Framework, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2013, o sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis era efetivo.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências de controles internos que possam comprometer de forma material a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**Notas Promissórias**

A Companhia realizou, em 28 de dezembro de 2011, a sua 4ª emissão de notas promissórias comerciais para colocação e distribuição pública no mercado de capitais local, no valor total R\$1.000 milhões a juros remuneratórios de 106% da Taxa DI, com vencimento em 360 dias a partir da data da respectiva subscrição e integralização, podendo a Companhia resgatar antecipadamente as notas promissórias, nos termos da legislação aplicável.

Os recursos obtidos pela Companhia foram destinados à aquisição de ativos e à recomposição de caixa em função de investimentos realizados pela Companhia, não havendo desvio entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta de aplicação divulgada nos documentos da oferta. O saldo devedor foi integralmente quitado em 22 de dezembro de 2012, data de vencimento da emissão.

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos obtidos pela Companhia foram utilizados conforme descrito acima.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distributiva

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos das ofertas mencionadas acima.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve desvios.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	2.232.223	1.306.206	1.469.679	938.717	639.081	2.871.458	9.457.364
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	818.619	841.168	797.827	838.657	821.903	27.889.030	32.007.204
Compra de Energia - Leilão	2.555.368	2.440.054	2.367.967	2.529.408	2.715.267	63.093.634	75.701.698
Compra de Energia - Bilaterais	308.984	312.144	272.018	278.284	291.033	1.740.076	3.202.539
Cotas Usinas Angra 1 e Angra 2	140.027	147.941	168.691	179.190	188.312	8.873.122	9.697.283
Cotas de Garantias Físicas	289.423	230.096	255.447	274.175	277.768	13.107.610	14.434.519
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	22.081	29.038	30.614	32.220	33.865	1.713.990	1.861.808
Outros contratos de compra de energia	1.666.245	2.078.383	1.916.591	2.281.375	2.130.865	39.571.055	49.644.514
Concessão Onerosa	20.405	17.679	14.522	12.936	11.527	95.326	172.395
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	57.436	60.883	64.536	68.408	72.512	483.964	807.739
Arrendamentos Operacionais	68.588	49.611	16.683	16.683	16.683	66.732	234.980
Total	8.179.399	7.513.203	7.374.575	7.450.053	7.198.816	159.505.997	197.222.043

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8 que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado e cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

O montante das obrigações assumidas gira em torno de R\$54milhões. O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.8, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com compra de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.